

MULHERES NA LITERATURA LATINO-AMERICANA: O INVISÍVEL TAMBÉM TEM COR

WOMEN IN LATIN AMERICAN LITERATURE: THE INVISIBLE ALSO HAS COLOR

Susane Petinelli Souza (UFES)

susane.souza@ufes.br

<https://orcid.org/0000-0003-2570-8323>

RESUMO: *Este estudo tem como objetivo colocar em evidência a invisibilidade feminina no campo da literatura latino-americana, enfatizando a invisibilidade de mulheres negras. Para isso, será utilizada a perspectiva decolonial, com seus desdobramentos do feminismo decolonial, pois serão considerados os processos de sexualização e racialização originados com as invasões europeias. O acesso à educação também é um aspecto relevante na invisibilização. Dentre várias escritoras latino-americanas mapeadas desde os 1600, optou-se por destacar a primeira romancista negra da América Latina e, logo, do Brasil, Maria Firmina dos Reis, cujo romance Úrsula pode ser considerado uma das obras fundadoras da literatura afro-brasileira. O estudo considerou quatro de suas obras: Úrsula, “A escrava”, “Gupeva” e Cantos à beira mar, sendo possível verificar que sua produção, além de promover o protagonismo de personagens negros escravizados, traz outros aspectos relevantes para a literatura e para a sociedade, as relações patriarcais e raciais. Portanto, é possível afirmar que o invisível também tem cor, pois ainda que, historicamente, as mulheres brancas também tenham sofrido e sofram processos de invisibilização, as mulheres negras e outras mulheres de cor enfrentam maiores dificuldades e acabam sendo ainda mais invisíveis na sociedade e na literatura.*

PALAVRAS-CHAVE: *mulheres; literatura feminina; invisibilidade; raça; gênero.*

ABSTRACT: *This study aims to highlight female invisibility in the field of Latin American literature, emphasizing the invisibility of black women. In order to do so, the decolonial perspective will be used, with its consequences of decolonial feminism, as the processes of sexualization and racialization originated with the European invasions will be considered. Access to education is also a relevant aspect of invisibility. Among several Latin American writers mapped since the 1600s, we chose to highlight the first black novelist in Latin America and, therefore, in Brazil, Maria Firmina dos Reis, whose novel Úrsula can be considered one of the founding works of Afro-Brazilian literature. The study considered four of her works:*

Úrsula, “A escrava”, “Gupeva” and Cantos à beira mar. *It is possible to verify that her production, in addition to promoting the protagonism of enslaved black characters, brings other relevant aspects to literature and society, patriarchal and racial relationships. Therefore, it is possible to say that the invisible also has a color, because even though historically white women have also suffered and are undergoing processes of invisibility, black women and other women of color face greater difficulties and end up being even more invisible in society and in literature.*

KEYWORDS: *women; literature; invisibility; race; gender.*

1 Introdução

O objetivo deste estudo é evidenciar a invisibilidade feminina, em especial de mulheres negras na literatura latino-americana. Mas, antes de prosseguir, é preciso discorrer rapidamente sobre a utilização das expressões “América Latina” e mesmo “latino-americana”, pois podem ser um tanto problemáticas do ponto de vista dos estudos decoloniais. De acordo com Castro (2021), “AbyaYala” é o termo mais utilizado por autores decoloniais, assim como “América Ladina”, cunhado por Gonzalez (2019). Porém, ambos não serão utilizados por não serem oficiais. Além disso, as autoras alertam que a chamada América Latina foi composta, inicialmente, pelos povos originários e, em seguida, por colonizadores e pessoas escravizadas, apresentando, atualmente, mais elementos ameríndios e africanos do que latinos.

A partir de uma perspectiva decolonial serão colocados em evidência os processos que levam a uma invisibilização das mulheres não somente na sociedade, mas também na literatura. Para Santiago (2012), existe uma espécie de silenciamento que historicamente acompanha a prática literária feminina, o que levaria a um apagamento ou mesmo a uma invisibilização de suas publicações e autorias.

Utilizar a perspectiva decolonial é refletir sobre aspectos históricos desde o processo de colonização para analisar fenômenos, considerando não apenas aspectos raciais e de gênero, mas também o padrão colonial de poder, de saber e de ser que ainda reverberam. Utilizando também o desdobramento apurado de tal perspectiva, isto é, o feminismo decolonial, torna-se possível chegar a outras compreensões da invisibilização de mulheres negras na literatura latino-americana.

O artigo está organizado do seguinte modo: essa introdução, um tópico sobre a perspectiva decolonial e outro tópico sobre a educação e a invisibilidade feminina. Depois,

discutem-se as mulheres negras na literatura latino-americana e, em seguida, apresentam-se as conclusões do estudo.

2 Perspectiva colonial

O conceito de colonialidade foi introduzido pelo sociólogo peruano Quijano (2000), no final dos anos 1980, a partir da história das invasões europeias e da escravização. Segundo o autor, pensar a partir de um padrão colonial de poder ou de uma matriz colonial de poder seria uma resposta à globalização e ao pensamento linear global colocados em funcionamento na América Latina. Esse padrão ou matriz consiste de quatro domínios inter-relacionados: a administração e controle da economia, a administração e controle da autoridade, a administração e controle do gênero e da sexualidade e administração e controle do conhecimento e das subjetividades.

Quijano (2000) observa que, no âmbito da colonialidade, a separação entre razão/sujeito e corpo e as relações entre ambos passam a ser vistas como relações entre a razão/sujeito e o corpo/natureza humana. Esse dualismo, além de afetar as relações raciais de dominação, afetou as relações mais antigas de dominação, as relações sexuais. Com isso, o lugar das mulheres foi estereotipado. Quanto mais inferiores fossem consideradas suas raças, mais próximas da natureza eram percebidas. Outro ponto a ser considerado é que as identidades produzidas sobre a ideia de raça foram relacionadas a determinados lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.

O pensamento decolonial passa por outras compreensões e acaba sendo refinado a partir de mulheres, o que ocorreu no âmbito do chamado feminismo decolonial.

Assim, Lugones (2012) amplia a concepção da colonialidade, dizendo que a primeira classificação que o processo de colonização produziu foi uma divisão entre humano e não humano, que foi seguida pela demarcação do gênero, com a supremacia do homem branco europeu, o qual possuía direitos inclusive sobre as mulheres de seu próprio grupo. As mulheres brancas europeias eram reprodutoras da raça e do capital. Uma supremacia branca foi imposta às pessoas não originárias do mundo europeu, não sendo possível afirmar que o sistema de gênero funcionaria do mesmo modo para os povos colonizados. Raça, gênero e sexualidade seriam categorias constitutivas da episteme moderno colonial, o que dificulta sobremaneira pensar fora de tal matriz.

Para a autora, no longo processo de colonização, as mulheres, além de racializadas, foram inventadas como mulheres, conforme princípios discriminatórios ocidentais de gênero. As sociedades indígenas, por exemplo, não conheciam o gênero antes do processo de invasão europeu, ou seja, o gênero não era concebido como um fundamento definidor sobre o exercício do poder.

Dessa forma, a colonização sexualizou e racializou mulheres e homens, fazendo com que o gênero modificasse as relações sociais até então existentes. As relações igualitárias entre homens e mulheres nas colônias foram sendo enfraquecidas, de modo que as mulheres eram submetidas aos colonizadores e, em seguida, aos homens colonizados (CASTRO, 2021; LUGONES, 2007; MENDOZA, 2019).

Segato (2012) acaba olhando criticamente a noção de colonialidade de gênero de Lugones (2012), pois não acredita que as hierarquias de gênero fossem totalmente desconhecidas nas sociedades tribais. A autora identifica a existência de certa organização patriarcal nessas sociedades, algo que poderia ser descrito como um patriarcado de baixa intensidade, já que estava distante da organização do gênero ocidental, bem mais demarcada. A autora também identifica a existência de uma forma de gênero que estabelecia um status opressivo e hierárquico entre os iorubás, por exemplo. Contudo, os patriarcados de baixa intensidade se tornaram muito mais hierarquizados quando foram expostos à lógica de gênero no processo de colonização (MENDOZA, 2019; SEGATO, 2021).

O conceito de colonialidade de gênero, a percepção de que os patriarcados pré-coloniais de baixa intensidade foram exacerbados pelo processo de colonização, e a imposição do sistema de gênero europeu com a produção de efeitos nas relações entre homens e mulheres nas colônias permitem a compreensão das atuais condições de vida das mulheres, inclusive das indígenas, das negras, das mestiças e das pobres (LUGONES, 2012; MENDOZA, 2019; SEGATO, 2012).

A partir de um olhar decolonial é possível direcionar a percepção para as atuais reverberações sociais do processo de colonização, algo que Mignolo (2008) denomina feridas coloniais. Afinal, existe uma continuidade das formas coloniais de dominação mesmo após o término das administrações coloniais.

3 Educação e invisibilidade da escrita feminina

No Brasil, a primeira lei educacional que autorizou o funcionamento de escolas públicas femininas data do ano de 1827. Até então, o modo como pouquíssimas mulheres conseguiam

acessar a educação formal era por meio de escolas particulares nas casas de professoras e de alguns conventos. Não havia uma livre circulação de mulheres pelos espaços públicos. As mulheres livres circulavam principalmente quando participavam de atividades religiosas, como missas, novenas e procissões (LOURO, 2018). Durante o século XIX, no Brasil, parte das mulheres vivia praticamente em isolamento e sem acesso à educação.

Com a lei educacional de 1827, ocorreu o estabelecimento das escolas dedicadas ao letramento nas maiores cidades e vilas do então Império, determinando que, nas escolas, meninas e meninos estudassem separados e com currículos específicos. Enquanto os meninos aprendiam as quatro operações matemáticas, números decimais, frações, proporções e geometria, as meninas aprendiam praticamente apenas as quatro operações. Ainda de acordo com a referida lei, a educação feminina era justificada pela maternidade, visto que apontava que as mulheres precisavam de instrução pois eram as principais responsáveis pela educação dos filhos (LOURO, 2018).

Outro aspecto ligado à educação voltada para as meninas e mulheres é que, desde a sua concepção, ela foi estabelecida a partir de preceitos religiosos e morais, com o intuito de educá-las, desde a infância, para assumirem os papéis de esposa e mãe. Tal educação nada tinha a ver com uma formação intelectualizada, já que apenas o letramento e o desenvolvimento de habilidades manuais eram considerados suficientes. Para as jovens de elite, havia a possibilidade de prosseguir seus estudos em casa. No entanto, a maioria das jovens, mesmo com a existência de algumas escolas públicas, não conseguiam continuar os seus estudos (DUARTE, 2008).

Sobre as mulheres negras, ou seja, parte da população de origem africana, nessa época ainda escravizada, é preciso mencionar que elas praticamente não tinham acesso à escolarização, existindo alguns registros de casos da aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas, apenas no final do século XIX (LOURO, 2018).

Para as poucas mulheres que conseguiam aprender a ler e escrever, as leituras eram restritas a romances, livros de moral, catecismo e etiqueta (TELLES, 2018). Com a exigência do gênero feminino para profissionais que fossem lecionar a meninas e jovens mulheres, havia dificuldade de contratação, tendo em vista que poucas eram as mulheres habilitadas a fazer isso. De tal modo, pode-se afirmar que, no século XIX, poucas brasileiras conseguiam o acesso à educação (DUARTE, 2008).

O difícil e, às vezes, tardio acesso à educação dificultava que as próprias mulheres pudessem produzir registros escritos. Nesse tempo, a maioria dos registros estavam voltados

para o espaço público, um espaço de circulação masculina. Além disso, é importante notar que a própria língua, que já usava o gênero masculino no plural, também apagava as mulheres de registros e produções escritas (PERROT, 2005).

Mesmo com tantos empecilhos, durante o século XIX, foi ocorrendo uma mudança no tipo de público leitor, paulatinamente constituído por mais mulheres. Mesmo que as Américas estivessem envoltas num discurso que buscava naturalizá-las para aquém da cultura, destinando-lhes à reprodução da espécie e sua nutrição, mulheres começaram a escrever e publicar (TELLES, 2018). Porém, para a maioria das mulheres, era impossível se ocupar da escrita. Quando isso ocorria, havia a dificuldade de reconhecimento do trabalho, inclusive levando à utilização de pseudônimos para conseguirem publicar, ampliando sobremaneira a invisibilização feminina (PERROT, 2005).

Tal invisibilidade também advinha de outras condições, como a delimitação do espaço público e privado, com o espaço público voltado para as atividades masculinas e o privado para atividades femininas. Observe-se que as mulheres negras ainda escravizadas circulavam na esfera pública de acordo com a vontade de seus senhores, enquanto as mulheres mais pobres, mas livres, agiam de acordo com a vontade de seus maridos (SOUZA, 2021).

A literatura feminina (a literatura escrita por mulheres) pode ser compreendida como um modo de expressão artístico produzido em sociedades hierárquicas e patriarcais (GUARDIA, 2007; SANTIAGO, 2012). Acrescenta-se, a esse modo de compreensão, sociedades racistas, classistas e eurocentradas.

Um olhar decolonial – e, portanto, a consideração da colonialidade de poder, de saber e do ser – permite outros entendimentos e análises acerca das dificuldades de acesso à educação para as mulheres e as condições que permitiram e ainda permitem a invisibilização feminina, enfatizando-se a dificuldade de acesso à educação para as mulheres negras e as condições que as invisibilizaram como escritoras ao longo do tempo.

Numa noção ampliada, também se trata das chamadas mulheres de cor, que, de acordo com Anzaldúa (2000), são as mulheres indígenas, as mulheres negras e as mulheres mestiças nascidas na região atualmente denominada de América Latina, mesmo que “branco” também seja uma cor e denominação étnico-racial. Tais mulheres, em sua maioria, fazem parte do proletariado latino-americano, o que remete à divisão racial e sexual do trabalho (GONZALEZ, 2019).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento da escolarização das mulheres ainda não é suficiente para levá-las à força de trabalho em proporção

similar à dos homens, a uma renda equitativa e a melhores oportunidades de trabalho. Além disso, entre aquelas que conseguem acessar o mercado de trabalho através da educação, as ocupações de nível superior são preenchidas, predominantemente, por mulheres brancas, ao passo que as mulheres de classes mais pobres, de maioria negra, se dirigem para a produção industrial e para a prestação de serviços (IBGE, 2019).

Mesmo com todas as dificuldades e tendo sido mantidas invisibilizadas na tradição literária ocidental por séculos, as mulheres escreviam. Escrever, note-se, é um ato de protagonismo (SANTIAGO, 2012; SOMMER, 2018). Um dos registros mais antigos da América Latina é do século XVII, de Sórora Juana Inés de la Cruz, uma freira mexicana da Ordem de São Jerônimo nascida por volta de 1648 (PIAIA, 2020; SCHONS, 1926). A escritora foi confrontada pela descrença masculina na inteligência feminina, escrevendo em diferentes gêneros, como sonetos, especulações científicas e salmos (SOMMER, 2018).

Ao analisar a ausência de escritoras na Literatura latino-americana, em meio a um discurso hegemonicamente masculino e branco, Santiago (2012), evidencia algumas escritoras do século XIX, como Gertrudes Gómez de Avellaneda (Cuba), Juana Manuela Gorriti (Argentina), Maria Firmina dos Reis (Brasil), Mercedes Cabello de Carbonera (Peru), Lindaura Anzoátegui (Bolívia), Clorinda Matto de Turner (Peru) e Adélia Zamudio (Bolívia). Tais escritoras, ainda que marginalizadas de posições de exercício de poder, tentaram, cada uma a seu modo, escrever sobre desvalidos e excluídos, colocando em questão aspectos sociais e raciais (GUARDIA, 2007).

Talvez essas raras escritoras sejam fruto do processo de resgate de memórias, práticas e experiências que buscam reduzir a invisibilidade das mulheres. A escrita feminina proliferou por meio, inclusive, de autobiografias, diários pessoais e correspondências, todos considerados meios de expressão e comunicação (PERROT, 2005).

Mais especificamente no Brasil, há registros da escritora Ana Eurídice Eufrosina Barandas, que publicou *O ramallete ou flores colhidas no jardim da imaginação* e *A filósofa apaixonada*, em 1845, em Porto Alegre. Também há registros de Ildefonsa Laura César, com *Ensaio poético*, em 1844, e *Lição a meus filhos*, em 1854, na Bahia (MUZART, 2012; VIEIRA, 2018). Outra escritora brasileira oitocentista foi Nísia Floresta que publicou, em Niterói, em 1850, o romance histórico intitulado *Dedicação de uma amiga*, com as iniciais B. A., que remetem à Brasileira Augusta, do nome adotado por ela, Nísia Floresta Brasileira Augusta (DUARTE, 2016).

Até aqui, somente a escritora Maria Firmina dos Reis é uma mulher negra escritora. Após verificar-se o panorama da escrita literária feminina, principalmente no século XVIII, o estudo enfocará na produção de Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra da América Latina e, logo, do Brasil.

4 Mulheres negras na literatura latino-americana

Considerando as dificuldades de acesso à educação e as condições de vida das mulheres, no contexto de colonização, é possível vislumbrar a rarefeita presença feminina entre escritores na América Latina, ainda mais acentuada no caso de mulheres negras, tendo em vista as privações de toda ordem oriundas dos processos que levaram à escravização.

Para Santiago (2012), as produções literárias de mulheres negras eram raras nos inventários de literatura feminina, assim como nas instâncias artísticas, culturais e acadêmicas. Contudo, para Silva (2016), o século XXI estaria fecundo em relação à produção de mulheres negras, com um rompimento de um padrão cultural editorial que privilegiava textos escritos por homens. Mesmo assim, práticas que levam à invisibilização ou ao apagamento da escrita feminina, segundo Sommer (2018), atingem a literatura por ela chamada de afrofeminina de uma maneira ainda mais intensa, dadas as relações étnico-raciais atreladas às relações de gênero.

A partir de Muzart (2012) e Telles (2018), seguem alguns aspectos sobre a trajetória de Maria Firmina. Para além das condições vigentes no século XIX, no Brasil, Maria Firmina dos Reis, que nasceu na ilha de São Luís no Maranhão, em 1825, conseguiu publicar seus escritos. Foi professora e escritora. Naquele tempo, no Maranhão, a educação era precária – no ano de 1857, havia, na província, cerca de 1849 meninos e 347 meninas cursando o ensino primário e cerca de 200 alunos no ensino secundário, considerados o ensino público e particular. Sua tia materna possuía alguns recursos e construiu uma casa de alvenaria para as férias de veraneio da família, que iria tornar-se residência permanente.

Na infância, em 1830, ela e sua família foram para a Vila de São José de Guimarães, no continente. A vila ficava localizada na cidade de Viamão. Portanto, Maria Firmina viveu parte de sua vida na casa da tia materna, que tinha melhores condições de vida, convivendo com uma avó, uma irmã e uma prima. Também era prima de Sotero dos Reis, escritor maranhense, por parte de mãe. A escritora prestou concurso estadual em 1847, sendo a única aprovada para a instrução primária em Guimarães, lecionando no local onde morava. Nessa época, ser

professora era uma rara possibilidade de atuação profissional e desenvolvimento pessoal para as mulheres. Em 1880, aos 54 anos, ela fundou uma aula mista (meninos e meninas) e gratuita para aqueles que não tinham condições de pagar.

Maria Firmina participou da vida intelectual maranhense, publicando livros e colaborando com revistas literárias e jornais. Também participou de antologias, como o *Parnaso Maranhense*, conforme registro de Romero e Romero (1943), em *História da Literatura Brasileira*. A autora também figura no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (BLAKE, 1883). Outras obras são “Gupeva”, conto indianista publicado no jornal *O Jardim das Maranhenses* (1863), um livro de poesia intitulado *Cantos à beira-mar* (1871), bem como o conto “A escrava”, parte de *A revista maranhense* (1887). Além disso, ela colaborou para a preservação de textos da literatura oral e compôs canções folclóricas, além do hino da libertação dos escravos, em 1888 (TRINDADE, 2019; ZIN, 2019).

Nascimento Moraes Filho, escritor maranhense, publicou, em 1975, em comemoração dos 150 anos do aniversário de nascimento da escritora, o livro *Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida*. O escritor encontrou sua obra por acaso, em 1973, em meio a jornais do século XIX, na Biblioteca Pública Benedito Leite. No entanto, anteriormente, o romance *Úrsula*, de autoria de Maria Firmina e escrito em 1859, em São Luís do Maranhão, havia sido descoberto por Horácio de Almeida, mais precisamente no ano de 1962, em um sebo, no Rio de Janeiro. Maria Firmina usava o pseudônimo de “A maranhense” em alguns de seus escritos (MUZART, 2012; TRINDADE, 2019).

Úrsula é um dos primeiros romances publicados no Brasil, além de ser o primeiro livro publicado por uma escritora negra, inclusive no âmbito latino-americano. Ademais, também pode ser considerado o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, antecedendo a obra *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, de 1875 (SANTIAGO, 2012; TRINDADE, 2019).

A autora vivenciou as condições às quais as mulheres da época estavam submetidas e compreendia a relevância da educação e das oportunidades. No final do prólogo de *Úrsula*, ela diz que, caso a sua obra fosse apoiada pela crítica, talvez ela viesse a publicar livros melhores (MUZART, 2012). Ainda no Prólogo, a autora escreve:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas

conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018 [1859], p. 12).

Aqui, Maria Firmina dos Reis coloca em evidência apenas uma das opressões que vivia, relacionada ao gênero, e as implicações aos seus escritos, como a provável invisibilização destes. A opressão racial não é tratada de modo direto no prólogo, mas por meio de seus personagens e de seus escritos. Quanto à opressão de classe, não se pode afirmar que ela a vivia, tendo em vista as condições de sua tia e, depois, de seu próprio trabalho como professora, assim como as relações sociais que estabelecia com intelectuais. Além disso, é importante notar que, apesar de ela dizer que sua instrução era insuficiente, ela tinha conhecimento do idioma francês, visto que fazia traduções do francês para publicações (TELLES, 2018).

Úrsula pode ser considerada como a obra fundadora da literatura afro-brasileira, ao lado das *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* do poeta Luís Gama. Ambos os livros foram publicados em 1859. Isso posto, surge um questionamento: por que o livro de Maria Firmina dos Reis teria caído no esquecimento enquanto o de Luis Gama nem tanto? Para alguns, a razão reside no fato de o livro da autora ter sido publicado longe da Corte. Para outros, a escritora ser mulher e negra teria influenciado mais do que a localização geográfica, pois publicações masculinas eram encontradas no mesmo período (MUZART, 2012; SILVA, 2009; TRINDADE, 2019). Destarte, gênero e raça interferiram sobremaneira no processo de invisibilização e, provavelmente, de esquecimento de sua obra.

A autora não é a primeira a incluir negros escravizados em sua narrativa, mas é a primeira a dar voz a estes, dando suma importância a tais personagens, como no caso da Mãe Susana (MUZART, 2012). Ela se destaca entre os intelectuais de seu período pois promove a visibilidade de um grupo étnico e racial em suas relações entre si e com outros (BERETTA; CHAGAS; OSTETTO, 2021). A personagem africana Mãe Susana, enquanto conversava com Túlio, chorava de saudade de sua terra natal, rememorando alguns momentos de sua juventude:

Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018 [1859], p. 69-70).

A personagem é uma mulher negra escravizada. Mãe Susana, em sua conversa com Túlio sobre a conquista da liberdade dele, traz novas visões do continente africano, indo de encontro às visões comuns da literatura da época, impregnadas de miséria, primitivismo e paisagens áridas (SANTIAGO, 2012). Com isso, percebe-se que a autora adotou um posicionamento explicitamente antiescravagista, retratando o processo de escravização sob o ponto de vista dos próprios escravizados (TRINDADE, 2019). É o que acontece, por exemplo, quando faz referência a Túlio, personagem escravizado que buscava a libertação: “E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma” (REIS, 2018 [1859], p.19).

De acordo com Muzart (2012), a autora justifica a condenação à escravização por ser algo contrário às leis de Deus. Contudo, neste estudo, acrescenta-se o fato de a escritora ser uma mulher negra que vivia ainda em tempos escravocratas no Brasil. A própria Muzart (2012) reconhece que Maria Firmina dos Reis com certeza sofria com o preconceito racial predominante na época, acrescentando que ela produziu seus escritos conforme a consciência possível daquele tempo, tanto que o par romântico de seu livro não era de personagens negros, mas de brancos, o que seria muito mais aceito.

Ainda considerando o personagem Túlio, é interessante notar que ele fala de sua condição de modo extremamente lúcido: “A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que...” (REIS, 2018 [1859], p. 21). Quando ele é interrompido abruptamente por um personagem branco, lamenta:

Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! (REIS, 2018 [1859], p. 21).

Maria Firmina, assim, ainda abre espaço, em sua obra, para o processo de conscientização do personagem branco em relação à escravização. Sua visão, segundo Muzart (2012) era ampla e refinada. Ela construiu personagens cômicos de sua condição e conhecedores de seu passado no continente africano, algo inédito na literatura brasileira oitocentista (TRINDADE, 2019).

Sobre as demais obras inclusas neste estudo, há alguns aspectos a apontar em relação a *Cantos à beira mar*, “A escrava” e “Gupeva”. Em *Cantos à beira mar*, inicialmente, Maria Firmina dos Reis faz uma dedicatória à mãe:

É a ti que devo o cultivo de minha fraca inteligência;
– a ti, que despertaste em meu peito o amor à literatura;
– e que um dia me disseste: Canta!
Eis pois, minha mãe, o fruto dos teus desvelos para comigo;
– eis as minhas poesias:
– acolhe-as, abençoa-as do fundo do teu sepulcro.
E ainda uma lágrima de saudade,
– um gemido do coração... (REIS, 2018 [1871], p. 180).

Nessa obra, a escritora discorre sobre as lindas praias e paisagens das terras maranhenses. Faz muitas dedicações a amigos e amigas, a pessoas com as quais estabelecia algum tipo de relação, como poetas e intelectuais. Por vezes, se diz grata. Essas homenagens também incluem familiares, como os primos, o tio e a irmã. Além disso, ela acompanhava os acontecimentos do país e de sua região: em algumas poesias que compõem *Cantos à beira mar*, ela fala sobre a então Guerra do Paraguai e sobre os bravos da Campanha do Paraguai, como o invicto tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Junior, assim como os voluntários da pátria, incluindo os voluntários maranhenses.

Já no conto “A Escrava”, de 1887, Maria Firmina dos Reis também retrata, além das mazelas da escravização, a presença de quilombolas, que era, de acordo com Machado (2019), bastante comum; várias revoltas ocorriam nos arredores do local onde a escritora residia.

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres ... (REIS, 2018 [1887], p. 164).

A escritora discorre sobre pessoas negras escravizadas e livres e aspectos abolicionistas, demonstrando relações de poder que sustentavam a sociedade e certa sensibilidade contrária à escravização por parte de brancos, ao mesmo tempo em que narra a tragédia dos momentos finais da vida de Joana, mulher negra escravizada (BERETTA; CHAGAS; OSTETTO, 2021).

“Gupeva”, por sua vez, foi publicado em forma de folhetim, entre os meses de outubro de 1861 e janeiro de 1862, em São Luís, no periódico semanal *O Jardim das Maranhenses*. Segundo Zin (2017), é possível dizer que essa obra revela uma leitura de algumas obras do

primeiro romantismo de influência cristã, embora, ainda assim, esteja mais para uma narrativa sobre o encontro violento entre diferentes raças do que um suposto encontro harmonioso.

Sentado no tronco de uma árvore estava um velho tupinambá; brandia em suas mãos um tacape ensanguentado: a seus pés estavam dois cadáveres!... Reclinadas as faces ambas para a terra, Alberto não pôde reconhecer seu amigo, senão pelo uniforme de Marinha, que o sangue tingira, e que as águas, que se desprenderam à noite, haviam ensopado, e enxovalhado. O outro cadáver era o de uma mulher... Bela devia ser ela; porque seus cabelos longos, e ondulados, fáceis aos beijos da viração da tarde, esparsos assim sobre o seu corpo, davam-lhe o aspecto de uma Madalena (REIS, 2018 [1861], p. 161).

Escritores não aceitam o mundo como é ou como foi, já que intervêm nele por meio do ato de escrever, transformando o fardo da experiência em criatividade (SOMMER, 2018). Foi isso que Maria Firmina dos Reis fez. A invisibilidade da escrita feminina é uma forma de controle do campo literário a partir de mecanismos de saber e poder em torno de gênero, classe e raça, colocados em funcionamento pela elite cultural (SCHMIDT, 2000). Portanto, manter sua obra viva – e, logo, em evidência – é não colaborar para a permanência do silêncio em torno de relações raciais e as compreender como aspectos hierarquizantes da sociedade (BENTO, 2002).

Ao escrever para as mulheres do chamado Terceiro Mundo, Anzaldúa (2000), explica que as dificuldades estão além das condições econômicas, pois as mulheres de cor, por não terem acesso a privilégios, enfrentam dificuldades, como o racismo e a negação de sua participação na esfera intelectual, para efetuar a sua escrita.

5 Conclusões

Neste estudo foi possível acessar a quatro obras de Maria Firmina dos Reis: *Úrsula*, “A escrava”, “Gupeva” e *Cantos à beira mar*. Existem outras obras que não foram aqui analisadas. Ao estabelecer contato com os escritos da autora, foi possível verificar que sua produção, ainda que influenciada pelas características literárias da época, rompeu o silêncio daqueles que ainda eram escravizados no país. Deu-lhes voz, promovendo o seu protagonismo por meio das falas dos personagens. Além disso, trata de temas correntes na literatura da época, não podendo ser inviabilizada perante outros escritores somente pelo fato de ser mulher e ser negra.

A partir de uma perspectiva decolonial, é possível ter outros modos de compreensão de um fenômeno social, é possível aprender uma perspectiva que vai além da lógica colonial e eurocentrada. Desse modo, pode-se compreender, aprender e até desaprender sobre literatura,

promovendo novos olhares para autorias femininas e, no caso deste estudo, especialmente, para autorias femininas negras.

Observa-se que o patriarcado e a colonialidade sexualizaram e racializaram as pessoas, com efeitos perversos para as mulheres, principalmente para as mulheres de cor (negras, indígenas, mestiças). E elas permanecem sendo racializadas, pois, para não serem invisibilizadas na literatura ou em outras áreas do conhecimento, precisam ou ser identificadas como mulheres negras – isto é, torna-se necessária a menção à raça – ou ter suas imagens publicadas junto às suas obras. Caso não o façam e somente um sobrenome seja referenciado, o que vem ao imaginário de leitores, críticos, editoras e público em geral é que se trataria de um escritor, homem e branco.

Esse fenômeno pode ocorrer também de outro modo, visto que quando a autoria de uma obra é divulgada como sendo de uma mulher, no imaginário coletivo, tratar-se-ia então de uma mulher branca. Talvez, esse fenômeno seja mais uma das atuais reverberações sociais do processo de colonização, ou seja, trata-se de uma ferida colonial.

Ainda pode-se apontar a relevância do comprometimento com a produção literária latino-americana sob o ponto de vista decolonial feminista, promovendo o pensamento e as produções femininas do sul global, privilegiando as produções latino-americanas, incluindo escritoras brasileiras. Contudo, existem outras escritoras importantes para serem mencionadas. Sendo assim, aqui ficam sugestões para estudos futuros:

- Virginia Brindis de Salas (1908-1958), pseudônimo Iris Virginia Salas, é escritora, ativista e a primeira mulher negra a publicar uma coletânea de poemas na América do Sul, em 1946. Considera-se a mais importante poeta afro-uruguaia. Sua obra trata da cultura e dos costumes da população negra, denunciando o racismo no país (BURGUEÑO, 2007).
- Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Publicou quatro obras durante a vida e várias outras postumamente, sem contar escritos ainda não publicados. Com talento literário, poético e analítico, passava de um gênero literário para outro. A escritora deixou cerca de 5 mil páginas manuscritas, entre romances, peças de teatro e poemas (CASTRO, 2021). Ela tratava sobretudo de aspectos sociais entrelaçados com relações raciais, relações de classe e relações de gênero a partir de registros cotidianos de sua própria vida.

Logo, é possível afirmar que o invisível também tem cor, pois ainda que, historicamente, as mulheres brancas também tenham sofrido e ainda sofram processos de invisibilização na

América Latina, as mulheres negras e outras mulheres de cor enfrentam mais dificuldades e acabam sendo ainda mais invisíveis na sociedade e na literatura.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Trad. Édna de Marco. *Revista de estudos feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERETTA, Tatiane; CHAGAS, Maria Eduarda Delfino das; OSTETTO, Lucy Cristina. Maria Firmina dos Reis, Gênero e raça: discutindo o conto A Escrava e subjetividades. In: ZUKOSKI, Ana Maria Soares; TARDIVO, André Eduardo; COQUEIRO, Wilma dos Santos. (Orgs.) *Do silêncio à insurgência: percursos da literatura afro-brasileira*. Catu: BordôGrená, 2021. p. 52-62.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BURGUEÑO, Cristina. Virginia Brindis de Salas: La Voz de un 'Yo' Afro. *Negritud*, Tucker, v. 1, n. 1, p. 281-289, 2007.

CASTRO, Susana de. Um Brasil, para brasileiros: O pensamento decolonial de Carolina Maria de Jesus. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 10-20, 2021.

DUARTE, Constância Lima. Direitos das mulheres e injustiça dos homens: introdução e notas. In: FLORESTA, Nísia. *Nísia Floresta, uma mulher à frente do seu tempo*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. p. 95-190.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (Orgs.) *Vozes femininas no Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2008. p. 105-144.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GUARDIA, Sara Beatriz. *Mujeres que escriben en América Latina*. Lima: Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 443-481.
- LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.
- LUGONES, María. Subjetividade escrava, colonialidade de gênero, marginalidade y opresiones múltiples. In: CONEXIÓN FONDO DE EMANCIPACIONES. *Pensando los feminismos en Bolivia*. La Paz: Conexión Fondo De Emancipaciones, 2012. p. 129-140.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, p. 91-108, 2019.
- MENDOZA, Breny. La colonialidad del género y poder: de la postcolonialidad a la decolonialidad. In: MUÑOZ, Karina Ochôa (Org.) *Miradas en torno al problema colonial*. Cidade do México: Ediciones Akal, 2019. p. 35-72.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis romance em negro e branco: Úrsula. In: GUARDIA, Sara Beatriz (Org.). *Escritoras del siglo XIX en América Latina*. Lima: Centro de Estudios la Mujer en la Historia de América Latina, 2012, p. 225-234.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PIAIA, Miquela. Sor Juana Inés de la Cruz e Kate Chopin: literatura de resistência em sociedades moralistas e repressoras. *Raído*, Dourados: UFGD, v. 14, n. 35, p. 30-49, 2020.
- QUIJANO, Aníbal Óbregon. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del Saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: FLACSO, 2000. p. 241-246.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- ROMERO, Sílvio; ROMERO, Nelson. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Olympio, 1943.
- SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes literárias de escritoras negras*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.8, n.1, p. 84-97, 2000.
- SCHONS, Dorothy. Some obscure points in the life of Sor Juana Ines de la Cruz. *Modern Philology*, Chicago, v. 24, n. 2, p. 141-162, 1926.
- SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, Coimbra, v.18, p.106-13, 2012.

SILVA, Lilian Ramos da. A voz do protagonista afrodescendente em romances históricos hispano-americanos: invisibilidade do texto original e algumas (poucas) obras traduzidas no Brasil. *Cadernos de Literatura em Tradução*, Brasil, n. 16, p. 73-88, 2016.

SILVA, Marcelo José da. A figura do intelectual afro-brasileiro nos prefácios de Úrsula, Memórias póstumas de Brás Cubas e Recordações do Escrivão Isaías Caminha. *Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 56-66, 2009.

SOMMER, Doris. Liberdades literárias: a autoridade dos autores afrodescendentes. In: CLACSO. *Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2018. p. 375-409.

SOUZA, Susane Petinelli. A literatura feminista de Nísia Floresta na formação em administração. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, Curitiba, v. 20, n. 4, p. 739-763, 2021.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 402-442.

TRINDADE, Maria de Nazaré Barreto. Marias que contam histórias: a escrita da vida e as marcas de uma escrita negra em três autoras brasileiras. *RELA Cult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, Foz do Iguaçu, v. 5, p. 1-19, 2019.

VIEIRA, Nancy Rita Ferreira. Sobre resgate e descentramento nos estudos literários/On rescue and decentering in literary studies. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador n. 59, p. 198-208, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista*. *Em Tese*, Florianópolis, v. 1, p. 31-45, 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

Artigo submetido em: 29 jun. 2022

Aceito para publicação em: 28 set. 2022

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.125549>